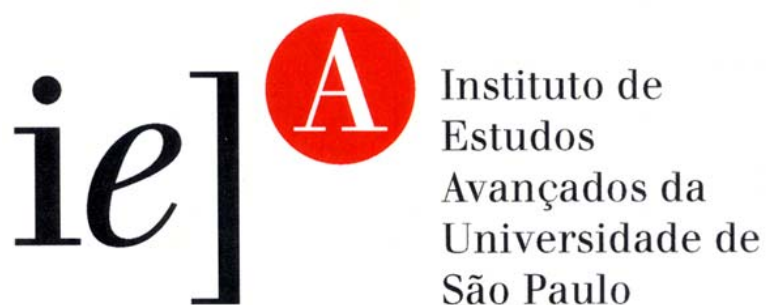


O Destino das Nações Unidas

Mario Schenberg



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

Apresentação

*Amélia Império Hamburger*¹

Cheguei a esse texto pela separata que se encontra em arquivo pessoal do professor Schenberg no Instituto de Física da USP: “O Destino das Nações Unidas”, por Mario Schenberg, revista “Clima”, nº 12, abril de 1943, pp. 8-53.

Mario Schenberg publicou na revista “Clima” a convite de Paulo Emilio Salles Gomes, que o conheceu em Paris, com Décio de Almeida Prado, em 1938. Esse artigo contribuiu para divulgar uma posição da revista contra o fascismo e a favor da democracia. Nesse número também participam, com temas na ordem do dia da situação política mundial Lívio Xavier e Otávio de Freitas Junior.² A revista fora fundada, em 1939, por então estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, destacando-se entre eles Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Ruy Coelho, Gilda de Mello e Souza, Décio e Paulo Emílio, para o exercício da crítica às diversas atividades culturais, da literatura às artes plásticas.³

Não sabemos da repercussão desse número da revista, na época. As Nações Unidas adquiriam, então, força e coerência como representação da resistência ao avanço da dominação fascista e nazista sobre todos os países. Era a hora logo após os Estados Unidos entrarem na guerra ao lado dos Aliados, do fracasso da invasão nazista da União Soviética, da declaração de guerra ao Eixo pelo Brasil da ditadura Vargas.

Mario Schenberg, em 1943, completando 27 anos de idade, era recém-chegado dos Estados Unidos, onde estivera por dois anos como bolsista da Fundação Guggenheim em centros onde conviveu com os mais destacados físicos da época, vários deles Prêmio Nobel. Passando por Princeton, teve contatos com Wheeler, Pauli, Einstein, Gamow, Chandrasekhar. Com estes dois últimos realizara trabalhos cujos resultados são mencionados em livros de astrofísica atuais.

Os Estados Unidos daquela época eram lugar de intensos debates políticos e ideológicos. Schenberg já estivera na Europa entre 1937 e 1939, trabalhando em Roma

¹ Amélia Império Hamburger é pesquisadora visitante do IEA/USP, onde organiza a publicação da obra científica de Mario Schenberg, a sair pela Edusp em 2006.

² Heloisa Pontes em “Destinos Mistos – Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)”, Companhia das Letras, São Paulo, 1998, pp. 118-119; 249, 250.

³ *Ibidem* na Introdução, p. 13.

com Fermi e vários colaboradores, Bernardini, Ferretti, com intensos contatos científicos com Pauli, Joliot-Curie, Langevin, Pontecorvo, numa Europa muito politizada.

Personalidade política, na essência corajosa de participação partidária, no Partido Comunista do Brasil (PCB), Schenberg revela neste artigo a abrangência e profundidade de suas idéias filosóficas e sua clareza de posição dentro de um partido que muitas vezes se definiu em direção contrária à de suas idéias.⁴ Era uma época onde forças poderosas esmagavam os indivíduos mesclando-os ao coletivo, por meio do terror e de ideologias autoritárias, da fusão afetiva destruidora da individualidade. Tínhamos a ditadura Vargas no Brasil, o stalinismo na União Soviética, os movimentos de direita nos Estados Unidos, colaboracionistas nos países invadidos pelas forças dos países do Eixo fascista-militarista, Alemanha, Itália e Japão. É o pensador que valoriza a ação auto-organizadora dos indivíduos em comunidades que os representem. Em suas análises, se liberta dos determinismos simplórios, é o militante que critica lideranças que falseiam os ideais a partir de visões onipotentes e falsas sobre seu papel de vanguarda.

As intervenções, faladas ou escritas, de Mario Schenberg sempre produziram estímulos à reflexão sobre questões fundamentais da vida humana. Faz considerações articulando conhecimentos desenvolvidos em profundidade por outras pessoas e os utiliza, relacionando-os de forma complexa. Nessa forma de juntar formulações e respostas aos problemas abordados, ele consegue oferecer caminhos múltiplos de raciocínio e de sensibilidade, dando oportunidade para que seu interlocutor desenvolva sua experiência e seu conhecimento pessoais. Cada problema particular se entrelaça em correlações múltiplas com um todo que se vislumbra, essencialmente, na busca de razões para o ser histórico – ele, nós, a natureza. Às vezes parece que sua exposição se desdobra em muitos planos, uma escalada de significações que se atropelam em nossa mente, à primeira e outras tantas vistas, nos fazendo escolher somente o que podemos juntar. Uma leitura, e várias seguidas, de seu artigo “O Destino das Nações Unidas” deu ensejo a essa interpretação. Encontramos essa característica também em trabalhos científicos de sua autoria.

Presenciamos sua atuação na Universidade onde trabalhou incansavelmente pela implantação da pesquisa e do ensino no nível que se encontrava a ciência de fronteira em qualquer outro país. Atuou com sua pesquisa em física teórica e matemática, muitas ligadas à interpretação de resultados experimentais, e ainda com seus esforços para apoiar

⁴ Como no momento deste artigo. Ibidem pp. 119 e 250.

a formação de grupos de pesquisa em novas áreas, destacando-se a implantação do laboratório de física dos materiais e de baixas temperaturas, nos anos de 1960.

Seu lema era uma atuação universitária e intelectual livre de ligações a qualquer partido político, no acordo de visão institucional democrática e pluralista. E que as instituições refletissem a capacidade intelectual dos que nela tinham responsabilidades. No Instituto de Física da Universidade de São Paulo até hoje suas ações repercutem.

A coerência entre seu pensamento e sua ação valoriza a divulgação desse artigo que traz discernimento precioso sobre situações que têm ressurgido com outros contornos, mas com a mesma essência, isto é, os requisitos de compreensão e de compromisso fundamentais para a atuação dos indivíduos, em sua esfera de ação, visando a garantia da democracia e da paz.

O Destino das Nações Unidas

Mario Schenberg

“La masse énorme de hasard, de contradiction, d’absurdité qui existe dans le monde contemporain nous pousse à regarder vers l’avenir. Si l’on se place au point de vue de l’avenir, le présent est le champ d’action de l’humanité, celui où elle peut travailler, organiser et harmoniser. – De même dans l’univers.”
(Nietzsche – La Volonté de Puissance. Trad. de P. Bianquis, Paris, 1935-1937).

I - A DOCTRINA DO “COMMON MAN”

O panorama político das Nações Unidas possui uma variedade e riqueza de colorido que desnorream o observador. Os países desta coligação têm formas políticas muito diferentes e, em cada país, há grupos importantes adotando princípios sociais e econômicos os mais diversos. Alguns deles foram até considerados irreconciliáveis. Aparentemente os povos Aliados só vieram a congregar-se constrangidos por imperativos externos, sem nada haver de intrínseco a irmaná-los. Entre os seus governantes subsistiam ressentimentos crônicos e desconfianças arraigadas, fazendo-os considerar a aliança de que participavam como arranjo transitório imposto pela existência de um inimigo comum, e predestinado a se desfazer quando o perigo fascista desaparecesse.

Com o decorrer do tempo foi-se consolidando e estendendo a opinião de ser a guerra atual uma luta “à outrance” entre duas concepções opostas do mundo. Mas quais as ideologias em choque? Se é bastante fácil descobrir semelhanças e pontos de contacto entre as doutrinas do Eixo, o mesmo não ocorre com as dos vários membros das Nações Unidas. Assim, o que possuiriam de comum o conservadorismo liberal de um Churchill e o sovietismo de Stalin ou o comunismo de Mao Tsé-tung? Que objetivos idênticos o New Deal rooseveltiano e a política do Kuomintang chinês? As dificuldades apresentadas pelo problema do ideal das Nações Unidas são muito consideráveis e impediram que fossem definidas as finalidades da luta empreendida contra o Eixo. É evidentemente necessário distinguir com clareza os elementos aceitos por todos os constituintes da coligação antifascista, para que se torne possível antever as linhas gerais de seu futuro.

Afirma-se freqüentemente que as Nações Unidas se batem pela democracia. Mas o conceito de democracia admite interpretações múltiplas. Nem sequer os dois grandes países anglo-saxões lhe atribuem o mesmo sentido. E bem maior é a incerteza quando se comparam estas interpretações com a que figura na Constituição Russa. Contudo, o fato de todos os inimigos do Eixo se intitularem democratas tem um significado profundo. Mostra que, apesar das divergências, algo de fundamentalmente comum deve existir sob a indefinição do termo democracia.

O vice-presidente Wallace foi talvez o primeiro a salientar que o respeito e uma simpatia extremada pelo “common man” são característicos de todos os partidários das Nações Unidas. A idéia de Wallace representa um progresso incontestável na tentativa de precisar o conteúdo do patrimônio comum dos inimigos do Eixo. Resta porém investigar todas as implicações do conceito de homem comum (expressão um tanto imprópria com que traduziremos “common man”), das quais bem poucas foram reconhecidas por setores extensos da opinião, ou mesmo enunciadas explicitamente. Um modo conveniente de abordar tal análise consiste em examinar os princípios e a estratégia política do fascismo, pois a doutrina das Nações Unidas é como que o negativo destes princípios, e eles já se encontram formulados com nitidez satisfatória.

II - A ESTRATÉGIA DO EIXO

Os golpes sucessivos desfechados pelo Eixo não foram atos desconexos nem simples aproveitamento oportunista de situações favoráveis. Planos de ação já se encontravam delineados no ‘Mein Kampf’ e no memorial Tanaka, e o desenvolvimento das campanhas político-militares seguiu as linhas mestras dos anteprojetos primitivos, aperfeiçoados em detalhe para melhor adaptação às circunstâncias.

Reconheceram os estrategistas nipo-teutônicos a existência de uma cadeia de posições-chave no mundo antifascista. A Commonwealth britânica, os Estados Unidos, a União Soviética e a República Chinesa constituíam os núcleos de cuja captura ou desarticulação dependia o triunfo do novo cesarismo. Sua conquista do orbe começaria com a tentativa de isolar as nações antifascistas umas das outras, semeando entre elas a desconfiança e o antagonismo.

Era *sui generis* a modalidade de conquista intentada pelo Führer. Tratava-se mais de ter os povos dominados por grupos reconhecendo a suserania de Hitler do que de subjugar-los pela força militar. Visava-se instituir uma “Nova Ordem” internacional, em

que uma irmandade de senhores imporia discricionariamente sua vontade às multidões de homens comuns. Para atingir este objetivo, as posições democráticas deveriam ser atacadas por fora e por dentro, pelos exércitos do Eixo e pela quinta coluna.

Era possível desfazer a união das grandes nações detentoras do ideal do “common man” usando um instrumento de eficiência inigualável: o espectro do comunismo, o pavor da revolução vermelha. Seu emprego permitiu cindir os amigos do “common man” no plano internacional, isolando a União Soviética das democracias capitalistas, e desorganizar as forças democráticas no interior de cada país. A utilização do temor ao comunismo ilustra bem a tática nazista de ataques externos e internos combinados.

O Japão, quando atacou a China, já usufruiu das prerrogativas concedidas pelos que nele viam o açude represador do comunismo asiático. Impunha-se criar na China um poder capaz de impedir o alastramento do soviétismo, e a intervenção japonesa parecia o método indicado. O próprio Chiang Kai-chek deixou-se iludir e, até 1937, julgou mais urgente combater os exércitos de Mao Tsé-tung e Chu Teh do que se opor à penetração nipônica. Processos semelhantes foram utilizados pelo nazismo para dominar o continente europeu. Se os conservadores ingleses tivessem à sua frente um líder menos clarividente do que Churchill, o engodo anticomunista teria conduzido o fascismo ao sucesso total.

Muitos se admiram de terem os nazistas invadido a Rússia. Atribui-se freqüentemente este ataque a uma subestimação do poderio russo pelo nazismo, em consequência de uma falta de informações sobre as condições reais do país soviético. Choca ao bom senso mais elementar admitir que o Estado Maior alemão ignorasse totalmente a magnitude da força soviética ou desconhecesse as dificuldades apresentadas pela conquista dum território que ocupa um sexto da superfície terrestre. Aquela explicação ingênua resulta duma interpretação errônea das declarações feitas pelos nazistas quando desencadearam a ofensiva contra a Rússia. Hitler, ao prometer uma vitória em poucas semanas, pretendia lançar o desânimo entre os dirigentes britânicos e assim obter uma paz em separado com a Commonwealth. De fato, a invasão fora longamente premeditada e preparada com o maior cuidado e pleno conhecimento das dificuldades. Disso sabiam os homens de Moscou, quando resolveram ocupar territórios finlandeses, bálticos, poloneses e romenos, afrontando o risco de um rompimento com as democracias ocidentais. Ao lançar em tão perigosa aventura, o nazismo compreendia a necessidade imprescindível de fazê-lo, e precisamente naquele momento. Vira que a conquista das ilhas britânicas por invasão exigiria o sacrifício de sua força aérea e, a este preço, só poderia tentá-la depois de ter subjugado a URSS. Invadindo a Rússia, contava o Führer insuflar um

ânimo novo ao “Cliveden Set” e conseguir um acordo com o Império Britânico, implicando forçosamente em sua fascistização.

O ataque japonês aos Estados Unidos também não resultou de uma decisão precipitada. Depois de uma preparação minuciosa, veio realizar-se no momento que pareceu mais propício: a queda de Moscou estava iminente. Com ela o desânimo se apoderaria das Nações Unidas. Era urgente lançar na luta todo o poder do Eixo. Aniquilada a esquadra americana, os Estados Unidos se veriam privados da única arma de que então dispunham e seria fácil sua aquiescência a um esquema geral de paz. Isto importaria no predomínio mundial do Eixo. Daí o ataque a Pearl Harbour. Poucas decisões tomadas pelo homem pareceram mais prometedoras que a dos japoneses, tão segura se lhes afigurava a vitória.

III - A QUINTA COLUNA

Um dos aspectos mais notáveis do conflito atual reside na fusão de nacionalismo e internacionalismo, que aparece sob tantas formas. A quinta coluna demonstra com clareza a existência deste hibridismo. É portanto imprescindível considerar atentamente este setor do Eixo, para se compreender melhor a origem de um fenômeno tão intrigante como importante.

Confusões geralmente feitas entre as atividades da quinta coluna e as dos espões e sabotadores encobrem a sua verdadeira natureza. Na realidade, a introdução do termo quinta coluna foi feita para indicar algo de inédito, frisando a existência de um fato para o qual não havia nome adequado, em virtude de seu caráter original.

Tradicionalmente a espionagem e a sabotagem eram exercidas por agentes mercenários ou por cidadãos de um dos países beligerantes, enviados ao território inimigo. O soldo ou a afeição pela pátria constituíam os motivos do sabotador. Nunca agiam por imperativos ideológicos, como o fazem os membros da legítima quinta coluna. Esta organização se caracteriza mais pela qualidade de seus componentes e as razões determinantes de seu modo de proceder do que pelos atos praticados. Sob este último critério não há distinção nítida entre quinta coluna e espionagem ou sabotagem.

A quinta coluna é constituída essencialmente por nativos de um país atuando em benefício do Eixo, sob o influxo de simpatias ideológicas. Muitas vezes os seus membros são recrutados entre os fascistas indígenas. Tendo em conta que os partidos fascistas fazem profissão de um nacionalismo extremo, torna-se evidente que este não passa de um método

de propaganda e que, de fato, as tendências do fascismo são internacionalistas. Aliás, a observação dos casos individuais mostra que muitos fascistas, de início nacionalistas sinceros, foram levados a participar da quinta coluna. Existe portanto uma tendência a deixar os ideais do nacionalismo tradicional, substituindo-os por um credo internacionalista.

Foi durante os célebres processos de Moscou que a existência da quinta coluna se revelou pela primeira vez. A perplexidade suscitada em todo o mundo por estes julgamentos resultou precisamente da aparição de um paradoxo tão chocante, que poucos nele acreditavam. Posteriormente outros exemplos surgiram, sobretudo após o rompimento das hostilidades. Os de Oswald Mosley e Knut Hamsun são talvez os mais significativos.

Mosley, durante muitos anos chefe dos fascistas ingleses, adquiriu grande notoriedade por sua crítica veemente aos governos pacifistas que dirigiram a Inglaterra no intervalo das duas guerras mundiais. Responsabilizou-os pela debilidade crescente do Império e bateu-se por uma política de afirmação mundial da Grã-Bretanha. O movimento de Mosley começou a atrair os partidários do rejuvenescimento da mentalidade imperial, como aconteceu com lord Rothermere. Mas, ao romper a guerra contra o nazismo, Mosley tomou uma atitude pacifista e mesmo derrotista, em oposição completa com a que tivera anteriormente. Quando mais se impunha aos fascistas britânicos combater pelo império, mudaram de orientação e passaram a agir de um modo evidentemente vantajoso para o inimigo que intentava destruí-lo.

O caso de Knut Hamsun é ainda mais ilustrativo que os de Mosley e Tukatchevsky. Consagrado como expressão mais alta da cultura norueguesa, Hamsun não hesitou em tomar partido pelo invasor nazista contra seus compatriotas. Um octogenário, depois de receber da vida tudo quanto poderia ter aspirado em honras e fortuna, não iria transformar-se num traidor ambicioso ou venal. Para se ter posto ao lado dos nazistas, num gesto odioso ao seu povo, deve ter sentido um imperativo inescapável decorrente de uma convicção profunda. Abandonou os seus conterrâneos para juntar-se aos que reconhecia, mais primariamente, como seus irmãos.

Desde o tempo das guerras napoleônicas, o nacionalismo constituiu a forma de emoção coletiva mais importante e determinou em medida enorme a marcha dos acontecimentos. A existência da quinta coluna demonstra que outras modalidades de sentimento começaram a competir com o nacionalismo e eventualmente poderão conquistar parte de sua importância, ou mesmo substituí-lo de todo. Indicações sobre estas novas tendências podem ser encontradas nas doutrinas esotéricas do fascismo.

IV - DOUTRINAS POPULARES DO FASCISMO

À maneira de algumas seitas religiosas, o fascismo possui dois graus de iniciação e duas doutrinas que lhes correspondem. Para as massas e os noviços há uma doutrina elementar variável de país a país, e mesmo de um grupo a outro, dentro de cada país. As *élites* dirigentes são iniciadas nos cânones da doutrina superior, que é universal e constitui a essência recôndita da ordem do Führer.

Revanche do tratado de Versalhes, ódio aos grandes negociantes judeus, desprezo pela democracia, cruzada anticomunista, racismo, este é o conteúdo do credo popular nazista, destinado a atrair a pequena burguesia alemã empobrecida.

Um sentimento secular de inferioridade deprimia a nação italiana, angustiada pela miséria econômica. A ação destes fatores privava o povo da península de prestígio internacional, chegara mesmo a atingir o seu respeito próprio. O catecismo popular fascista preconizava curas para esses males: urgia desfazer-se da democracia e do socialismo, que debilitavam a nação, e adquirir um império colonial. A princípio o fascismo tinha tendências anticlericais, mas posteriormente tomou uma atitude de reverência para com a Igreja. Depois da aliança com o nazismo, à sua filosofia de massa foram acrescentados os princípios do racismo anti-semita.

Um exame dos inúmeros aspectos tomados pelas teorias populares nas várias formas de fascismo nos levaria muito longe. Teria de resto pouco interesse, pois a predominância do nazismo relegou as demais correntes fascistas a um plano secundário.

Todos esses credos de massa possuem quatro pontos comuns: o nacionalismo, o ódio à democracia e ao comunismo e o anti-semitismo.

A adoção geral do nacionalismo foi determinada por motivos de tática política. O nacionalismo fascista é uma exarcebação do patriotismo, da afeição à terra natal, espontânea em todos os homens. Com o declínio da concepção individualista da vida, dominante durante a época encerrada pela primeira guerra mundial, surgiu uma nova consciência coletiva. Os homens começaram a sentir uma necessidade de integração num organismo maior, e daí resultou um recrudescimento do nacionalismo e do comunismo. Os líderes fascistas perceberam que o nacionalismo era a forma de emoção mais poderosa, apresentando também a vantagem de poder servir de base a uma cruzada antibolchevista.

O anticomunismo, naturalmente, exercia uma atração sobre as classes conservadoras, preocupadas em defender a propriedade. Despertava também simpatias extensas, por sua oposição à luta de classes. Aparecia, portanto, como preservador do novo

espírito de unidade coletiva, e assim aliava ao seu interesse antigo de salvaguarda da propriedade o de consolidador do sentimento nacional.

A necessidade de preservar a unidade da nação também servia para justificar o ódio à democracia. O parlamentarismo e a existência dos partidos tendiam a produzir um fracionamento da opinião pública, impedindo a cristalização de um espírito coletivo. Tornava-se necessário destruí-los. (É notável a circunstância do fascismo não se ter desenvolvido em países de democracia presidencialista, forma adotada pelas repúblicas americanas). Aliás, o ódio ao comunismo e à democracia já é uma conseqüência natural da filosofia da *élite* fascista, porque essas ideologias, como o cristianismo, pertencem à família das doutrinas de respeito pelo “common man”. Independentemente de quaisquer conveniências políticas, o fascismo, pela sua própria natureza, deveria ser antidemocrático e anti-socialista.

Razões múltiplas determinam o anti-semitismo fascista. Algumas delas podem ser caracterizadas facilmente, mas outras só se revelam através de uma delicada análise das condições contemporâneas e das que influíram na formação da mentalidade ocidental. De um modo esquemático, os agentes causadores do anti-semitismo podem ser reduzidos a três. Um de natureza econômica, já mencionada, outro de caráter político e cultural, e um terceiro, ligado a condições históricas do passado.

Cultural e politicamente, os judeus se filiavam aos grupos liberais e socialistas. Este fato teve importância particular na Alemanha, onde as personalidades mais representativas da corrente democrática eram muitas vezes de origem semita. O cerne da oposição ao prussianismo foi sempre constituído por judeus e católicos. Do ódio dos nazistas à República de Weimar resultou uma aversão ainda maior pelos judeus, cujo papel na criação daquele regime fora tamanho. O assassinato de Rathenau, primeira proeza do nazismo, dando vazão ao seu ódio anti-semita, privou também a república alemã de sua personalidade mais poderosa.

Historicamente, o cristianismo está ligado à nação judaica. Dela provieram seus fundadores e a própria subsistência do povo judeu foi sempre considerada como elemento básico da religião cristã. Toda revolta contra os dogmas cristãos tem sido acompanhada de um anti-semitismo mais ou menos violento, vontade de extermínio deste testemunho e símbolo da Paixão. E um dos artigos básicos do credo das *élites* fascistas é constituído pelo repúdio completo dos princípios cristãos. Talvez esta seja a raiz mais oculta e poderosa do anti-semitismo contemporâneo.

V - O ESPÍRITO DA ÉLITE FASCISTA

Grupos isolados de adeptos de uma concepção singular do mundo foram surgindo no intervalo das duas guerras mundiais e aos poucos vieram se congregando, para formar o estrato superior do fascismo. Assim se constituiu uma ordem que apresenta numerosas analogias com as corporações monástico-militares da Idade Média e sobretudo com a seita islâmica dos Hashishin, tendo porém ambições e meios de ação incomparavelmente mais vastos.

O credo das *élites* fascistas é uma versão nova de princípios antiqüíssimos, que os adapta às condições de decadência européia. As idéias de Shang, Kautylya e dos Velhos da Montanha já tiveram antes seus evangelistas ocidentais em Machiavel e Nietzsche. Hoje, sob roupagem um tanto diferente, inspiram a ordem do Führer.

Machiavel codificou as regras de ação dos grandes “*condottieri*” italianos e Nietzsche mostrou ser possível deduzi-las de um sistema filosófico adequado. A concepção básica da ética nietzscheana é a da existência de duas morais: uma de senhores, outra de servos. As qualidades viris de egoísmo, crueldade e agressividade seriam próprias dos seres de vida exuberante, e características de senhores. Resignação, tolerância, caridade e amor ao próximo constituiriam virtudes dos servos, seres de vitalidade mirrada, rebanho do padre ascético.

Para Nietzsche, o cristianismo representava a obra-prima dos padres, em sua negação da vida, e a quintessência das religiões dos servos e enfermos. Com a democracia, os princípios cristãos teriam triunfado completamente, emasculando os homens grandes e poderosos e fazendo declinar a vitalidade da espécie. Urgia efetuar a inversão dos valores, libertar a vontade de poderio dos entraves impostos pela ação milenar do cristianismo. Só assim se tornaria possível superar o humano-demasiado humano, e abrir caminho para o super-homem. César Borgia, o Velho da Montanha e Napoleão mostravam as alturas a que poderia subir a vontade de poderio liberta das amarras do padre ascético.

Uma forma vulgarizada da doutrina nietzscheana, em que o seu amor à elegância é omitido, e a sua concepção do super-homem desespiritualizada, veio constituir o catecismo da aristocracia fascista. A tonalidade dominante de seu clima ideológico é o desprezo ao homem comum, mera unidade do rebanho de servos. Como já ocorreu na ordem do Velho da Montanha, os fascistas da massa não passam de instrumentos cegos da *élite* dirigente, em sua luta pelo predomínio mundial. Seus serviços são recompensados pela euforia em que vivem, inebriados pelo haxixe do cerimonial e dos credos demagógicos.

Agora já podemos precisar o divisor ideológico da Segunda Guerra Mundial. Duas avaliações diferentes do “common man” disputam a supremacia. Para as Nações Unidas é fundamental a concepção bíblica do homem feito à imagem de Deus; o gênero humano só comporta uma espécie e a dignidade do homem comum é um reflexo do que de mais alto existe no mundo. A aristocracia fascista vê a raça humana dividida em duas famílias. Numa estão os super-homens, noutra a plebe dos homens comuns. Os valores mais elevados cedem lugar à exaltação do poderio.

Identificada a natureza dos princípios da aristocracia fascista, muitos paradoxos se esclarecem. Assim, a atitude de um Hamsun torna-se facilmente compreensível. Homens imbuídos de desprezo pela humanidade comum não podem estar organicamente ligados ao povo de seu país. Os demais “super-homens” são mais primariamente seus irmãos, do que os “common men” de sua terra. E sendo o Führer grão-mestre da ordem a que se sentem naturalmente filiados, é justo que lhe prestem obediência. Seguindo seus impulsos mais profundos e agindo com toda integridade, Hamsun e os demais aristocratas fascistas não podem deixar de acompanhar Hitler e de auxiliá-lo em seus empreendimentos.

A fusão do nacionalismo com o internacionalismo, tão aparente nos grupos fascistas é portanto ilusória. As massas são nacionalistas mas os aristocratas dirigentes reconhecem o universalismo da ordem dos super-homens.

VI - GÊNESE DA ARISTOCRACIA FASCISTA

Ao longo do curso da história surgem, quase continuamente, figuras de mentalidade napoleônica, indivíduos de estatura descomunal, possuídos da consciência de serem super-homens e empolgados pela ânsia de poderio. Mas o fenômeno de nossos dias é bem mais complexo. Há evidentemente os ditadores de tipo napoleônico, mas ao mesmo tempo existe toda uma ordem de aristocratas fascistas, igualmente dominados pela idéia do super homem.

Vários são os fatores contemporâneos que geram o espírito fascista. E uma vitória militar das Nações Unidas só acarretará o desaparecimento do fascismo se com ela forem eliminados os agentes que criaram a aristocracia fascista. Estes são de naturezas muito variadas e atuam sobre homens de tipos totalmente diversos. Líderes sindicais e comunistas, remanescentes de nobrezas feudais, capitães de indústria e mesmo pensadores cristãos, todos tendem a adquirir a mentalidade do aristocrata nietzscheano-fascista, quando se abandonam a impulsos muito naturais em nossos tempos.

Mussolini e Doriot são os dois exemplos mais destacados de fascistas originariamente socialistas. O exame de sua evolução revela o *modus agendi* das forças fascizantes que existem nos partidos socialistas e comunistas. Os dirigentes destas organizações adquirem muitas vezes mentalidade aristocrática bem pronunciada. O próprio Lênin concebeu o partido comunista como vanguarda do operariado revolucionário, agrupamento dos elementos mais hábeis e audazes. Enquanto se mantiver poderosa a consciência de sua relação com as massas operárias, as tendências aristocráticas só aparecerão discretamente, mas se ela se debilitar haverá uma evolução gradual, conduzindo ao espírito do aristocrata fascista.

O sentimento de superioridade do senhor feudal deriva de um espírito de classe. Não é portanto da mesma natureza do que possui o super-homem fascista. Mas um mecanismo psicológico semelhante ao chefe socialista pode transformar o orgulho de estirpe do nobre em mentalidade de aristocracia fascista. Como é do conhecimento geral, foi tão intensa a atração do fascismo, que até príncipes de antigas dinastias vieram aceitar a chefia dos plebeíssimos líderes totalitários.

Spengler já previra que o capitão de indústria tenderia a adquirir a mentalidade cesarista. “Major Bárbara”, de Shaw, descreve esta transição. Aliás, o individualismo do grande industrial e a sua vontade de poderio contêm os germes do sentimento nietzscheano. Frequentemente se afirma que a simpatia dos grandes magnatas industriais pelo fascismo resulta de seu temor ao comunismo, mas esta opinião é incorreta e tem causado grandes confusões. Tal simpatia é oriunda de uma afinidade de visão do mundo, como se vê nitidamente nos casos de William Randolph Hearst e de Hermann Goering.

VII - OS CRISTÃOS E O FASCISMO

Apesar da oposição nítida entre o cristianismo e o credo da *élites* nazistas, muitos católicos e luteranos têm demonstrado vivas afinidades pelo fascismo. Só recentemente se tem esboçado um movimento de repúdio, em escala considerável. Como explicar que fiéis do Nazareno tenham podido sequer tolerar uma ideologia exaltadora da violência e da crueldade?

A atitude dos cristãos fascistas resulta de circunstâncias de natureza muito diversa: psicológicas umas, históricas ou filosóficas outras. Temor ao comunismo, reserva para com a democracia e oposição às respectivas ideologias foram os fatores históricos e doutrinários mais importantes. O desgosto pela falta de espiritualidade do homem comum

contemporâneo criou em muitos intelectuais cristãos um descaso pelo “common man”, que tende a produzir uma psicologia fascista.

Marx e Engels criaram o comunismo contemporâneo, baseando-se na doutrina do materialismo dialético. Esta teoria vê nos fatores econômicos a causa primordial da evolução histórica, só atribuindo aos demais importância secundária. Daí decorre o desinteresse teórico do marxista pelos aspectos religiosos da vida. Por outro lado, a indiferença que as igrejas demonstraram pelos problemas sociais e econômicos inspirou a muitos uma desconfiança, traduzida no conceito famoso de ser a religião o ópio do povo. Da fusão desses dois elementos nasceu a ojeriza do comunismo moderno pelo culto, a que corresponde a repulsa do cristão ao comunismo marxista.

A oposição de muitos católicos à democracia não tem um fundamento lógico, mas pode ser interpretada por uma análise histórica. Nos países católicos, as idéias democráticas estão relacionadas com a Revolução Francesa e se filiam a sistemas filosóficos ligados a seu ciclo ideológico. O racionalismo de Voltaire e dos Enciclopedistas, juntamente com o idilismo de Rousseau, forneceram os fundamentos teóricos do grande movimento. Essa modalidade racionalista relegava as verdades reveladas ao domínio da superstição, refutando assim todos os dogmas do cristianismo. Para Rousseau, o mal só seria inculcado no homem pela sociedade, cujos órgãos mais poderosos são o Estado e a Igreja. Deste modo contradizia o dogma do pecado original, fundamento de toda a teologia cristã, além de atacar diretamente os organismos eclesiásticos. Os católicos foram levados pelo curso dos acontecimentos a associar a democracia com princípios contrários ao seu credo, e muitos dela se afastaram. Esta desconfiança ainda foi agravada pelo anticlericalismo, tão comum entre os liberais de outros tempos.

Em muitas correntes protestantes, sobretudo nas que florescem em países anglo-saxões, não existe qualquer oposição aos princípios democráticos. Muito pelo contrário, nelas encontram aceitação entusiástica. Isto porque a democracia anglo-saxã, datando de antes da Revolução Francesa e do século XVIII, se baseou no puritanismo calvinista, como também já ocorrera com a república holandesa. É digno de nota que, na doutrina calvinista, nenhum papel se concede à razão e é atribuída importância máxima ao pecado original. As democracias calvinistas assentam, portanto, em fundamentos ideológicos totalmente opostos aos da Revolução Francesa. E têm se demonstrado as mais vigorosas e estáveis.

A aridez espiritual do homem comum de nossos dias faz muitos cristãos descrerem de seu poder de se elevar, como acontece também com muitas outras sensibilidades

refinadas. Assim o aristocrata religioso, que vê o gênero humano dividido em duas espécies, já agora caracterizadas por potenciais anímicos diferentes. A convicção de ser duma essência superior o faz pender para o nietzscheanismo, quando a sua espiritualidade enfraquece. Daí uma gravitação lenta para o nazismo, que pode ser facilmente acentuada pela ação de outras causas universais de nossa época.

VIII - O HOMEM COMUM E O ESPÍRITO

As condições de nosso tempo tendem a afastar as naturezas mais sensíveis do contato com a humanidade comum, por quem sentem desinteresse e, não raro, desprezo. Muitas delas inclinadas à simpatia e ao respeito pelo “common man”, são levadas por estas circunstâncias a se enclausurar numa atitude defensiva, que conduz tantas vezes ao nietzscheanismo fascistizante.

São muito visíveis os sintomas do mal que afeta o homem contemporâneo e já foram descritos minuciosamente. A carência de dignidade transparece em todos os aspectos da vida. Para o homem comum de hoje só há um objetivo: procurar o conforto material e os prazeres ruidosos e fáceis. A instrução não é mais tida como processo de aperfeiçoamento humanístico, e passou a ser considerada arsenal de métodos para o sucesso técnico e econômico. Apreciar as coisas refinadas e amar a elegância espiritual tornou-se exclusividade de uns poucos, que cada vez rareiam mais.

Às deficiências de caráter e de finura vem a se aliar uma anemia da personalidade, manifesta numa falta de domínio sobre a vida. O homem contemporâneo é vacilante, não confia em si mesmo, só encontra ânimo quando arrastado pelo tropel das multidões e inebriado pelo histerismo de massa. Que mal oculto aflige a humanidade de nossa época? Qual a natureza da força desagregadora do caráter e da personalidade?

Uma comparação entre o clima do mundo moderno e de outros tempos faz ressaltar logo um fato de importância primordial. Ao homem de nossos dias falta a vida do espírito. Já não encontra em si próprio nenhuma força que o galvaniza e lhe permita encarar a vida com segurança. Daí se origina a sensação de desamparo, que só encontra paliativo na embriaguez da exaltação coletiva. Sua fraqueza faz com que se deixe carregar pelo turbilhão das energias irresponsáveis desencadeadas.

Examinando-se o evoluir do Ocidente, o estado atual aparece como a última etapa de um longo processo de dissolução. Os seus primeiros indícios surgiram ao se desfazer a sociedade cristã dos tempos medievais. A princípio as forças do espírito foram se retraindo

ante o avanço dos interesses econômicos e políticos, perdendo finalmente toda a sua pujança, por falta de participação efetiva na vida das comunidades. Não nos seria possível sequer delinear o processo de declínio espiritual, nem mesmo definir em que medida ele se confunde com a decadência da religiosidade. Mas basta um exemplo para se avaliar a imensidade do caminho percorrido.

No apogeu da Idade Média, quando floresceu o grande estilo gótico, todo o corpo social era considerado como parte da Igreja. A organização da sociedade visava, ao menos em teoria, elevar continuamente o homem comum e fazê-lo atingir às formas mais sublimes da vida. Esse ideal foi resumido por Bonifácio VIII na bula “Unam Sanctam”: “O caminho da religião é o que conduz as coisas mais baixas às mais altas, através das intermediárias. Segundo a lei do universo, todas as coisas não dispõem em ordem, igual e imediatamente; mas as mais baixas pelas intermediárias e as do meio pelas mais altas”. Hoje, muitas religiões subscreveriam a fórmula de Bonifácio VIII, mas isto não teria nada do sentido medieval, porque então a sociedade e o estado faziam parte do corpo da Igreja.

Gradualmente, o clero começou a se transformar numa das classes privilegiadas da hierarquia feudal e a concepção religiosa da sociedade foi desaparecendo. Depois da Renascença, surgiram as grandes monarquias e as igrejas tornaram-se órgãos do estado absolutista. Deste modo, inverteram-se as posições medievais, com prejuízo do espírito. No século XVIII Locke enunciou sua famosa doutrina do Estado, considerando-o como instituição destinada a garantir a propriedade. Modernamente não se aceitaria mais a definição de Locke, mas é forçoso reconhecer que tanto o Estado como a sociedade limitam suas preocupações ao lado material da existência.

Com o desaparecimento da organização medieval houve uma secularização do intelecto e do espírito. Artistas, homens de letras e pensadores passaram a contemplar o mundo sem o enquadramento teológico e religioso que antes aceitavam. Erasmo de Rotterdam simboliza os novos homens de pensamento. Duas atitudes foram tomadas por eles em relação à humanidade comum. Uns se fecharam num individualismo total, desinteressando-se inteiramente dos males que afligiam o “common man”. Outros, em sua dedicação mal esclarecida, cometeram o erro de aceitar integralmente o seu modo de ver. Esqueceram que sua tarefa natural consistia em orientá-lo, para que pudesse atingir as coisas mais altas passando pelas intermediárias, sem nestas se deter, como aconteceria forçosamente se a humanidade comum só dispusesse de seu próprio entendimento.

Desprovido da ajuda de guias espirituais, tanto religiosos como seculares, o homem comum só viu uma finalidade na existência: melhorar o seu nível econômico e mergulhar

no epicurismo barato dos prazeres vulgares. Como nos tempos de Roma, a prosperidade geral fez acelerar o ritmo da desespirtualização, conduzindo ao estado derradeiro de “panem et circenses”.

O espetáculo da humanidade entregue a um hedonismo mesquinho e ao “filisteísmo” é certamente penoso, e compreende-se que as pessoas mais sensíveis procurem evitá-lo. Surge assim uma tendência forte ao desenvolvimento duma mentalidade nietzscheana. Aliás, o próprio exemplo de Nietzsche mostra que o seu modo de pensar foi determinado pelo “filisteísmo” imperante. E o mesmo continua a ocorrer com muitas naturezas elevadas.

Dois problemas básicos se relacionam com a atitude aristocrática dos intelectuais. Seria ela justificada? E, mesmo justificada, será concernente ao homem de espírito? Não tendo feito tudo o que lhes era possível, por desinteresse ou por falta de visão, para se opor aos agentes de declínio espiritual, não podem os intelectuais sentir-se intitulados a um desprezo pelo “common man”. Nem lhes é de qualquer utilidade tal sentimento, como atestam os produtos da inteligência moderna.

Quase todas as produções do espírito ocidental, em nossa época, se ressentem de uma aridez. A vibração intensa e o profundo poder emotivo que foram tão característicos dos poetas, artistas e pensadores de outros tempos, hoje não existe mais. Há uma procura contínua de inovações técnicas aptas a despertar a curiosidade, mas insuficientes para encobrir a anemia do sentimento e a superficialidade crescente das concepções. Nos seus estudos sobre a natureza da arte, Tolstói reconheceu que o remédio para este mal podia ser conseguido por um esforço de aproximação com a humanidade comum, numa tentativa de estender o apelo da obra de arte. Só a superação do individualismo seco e limitado dos intelectuais modernos poderá permitir o enriquecimento das produções do espírito ocidental. Mas para que ela se torne possível é indispensável que os intelectuais voltem a apreciar e respeitar o “common man”.

IX - NIETZSCHE

Nietzsche apresenta um interesse considerável para a compreensão das condições contemporâneas, tanto pela influência enorme que suas concepções exerceram como pelo exemplo que sua vida nos dá. Ela mostra com clareza as causas responsáveis pela criação da mentalidade que veio a se denominar nietzscheana.

Já durante a primeira metade do século passado, começaram a se fazer sentir prenúncios de dias pesados e obscuros. O anelo da alma romântica pelo remoto e o exótico, deixava transparecer uma insatisfação com o clima da época, desconhecida nos dois séculos precedentes. Só a ingenuidade dos otimistas, embalados pela idéia de um progresso contínuo, lhes permitia não se aperceber do eclipse que se avizinhava.

Com o correr do tempo tornou-se cada vez mais difícil conservar as ilusões. Em fins do século XIX o prussianismo começou a avultar como potência dominante do continente europeu. A série dos grandes vitorianos ingleses foi sendo sucedida por homens de estatura menor. E mesmo nos Estados Unidos a atmosfera se carregou. Uma plutocracia desenfreada fez esquecer a austeridade dos pioneiros e feneceu a floração cultural da Nova Inglaterra. Neste clima espiritual, surgiu uma raça de grandes revoltados. Nietzsche, Lautréamont e Léon Bloy foram os mais grandiosos.

Schopenhauer e música de Wagner empolgaram o jovem Nietzsche. O império alemão-prussiano, em processo de constituição, também se lhe afigurou criação grandiosa. Aos poucos sua análise foi se tornando mais perspicaz e começou a perceber as doenças da alma européia. O pensamento de Schopenhauer foi lhe aparecendo como a filosofia de um adolescente pessimista, incapaz de suportar sua crise de desenvolvimento e de atingir a plenitude de afirmação do homem maduro. Verificou bem cedo que o império bismarckiano, longe de representar o vigor de uma cultura nascente, não passava de triunfo definitivo de “filisteísmo” burguês. Finalmente, em Bayreuth, viu o gênio de Wagner, poluído, servir de galardão à fosca *élite* dos potentados bismarckianos. Tinha chegado o momento decisivo de sua carreira. Compreendeu claramente que o drama wagneriano não fora um renascimento da tragédia grega. Era, na realidade, o ópio das naturezas sensíveis, descontentes com o clima europeu e, ao mesmo tempo, proporcionava alimento à pseudo-espiritualidade do “filisteísmo” mundial.

Depois da fuga de Bayreuth, Nietzsche se desiludiu da arte, da religião e da metafísica. Foi o princípio do período em que predominou seu espírito científico ou, mais propriamente, o seu cientismo. Pareceu-lhe ter o homem ocidental superado a mentalidade primitiva, “clima tropical” do espírito, em que vicejam os sistemas religioso-metafísicos e a visão simbólica-artística do mundo. Nesta fase de seu caminho, Nietzsche deixou-se enganar pelo acúmulo de conhecimentos obtidos por uma diligência meticulosa. Não percebeu que a riqueza de informações só contribuía para desnortear a inteligência ocidental, anemizada e míope.

Com o Zaratustra, começou a terceira e última etapa do pensamento nietzscheano. A concepção do Super-homem, as duas morais e a metafísica da vontade de poderio e do perpétuo retorno são os produtos deste período e representam a parte construtiva da obra do grande pensador. À lucidez e pureza de linha tão notáveis em sua crítica sucede o lirismo. De pensador se transforma no poeta-filosofante, que antes criticara tão acerbamente. Havelock Ellis caracterizou com muita felicidade o Nietzsche dos últimos anos: “No doubt there is at the best a light and swift vigour of movement in these last writings which before he never attained. He can pour out now a shimmering stream of golden phrases with which he has intoxicated himself, and tries to intoxicate us... This master of gay or bitter invective no longer possesses the keenly reasoned and piercing insight of the earlier Nietzsche. We feel that he has become the victim of obsessions which drive him like a leaf before the wind, and all his exuberant wit is unsubstantial and pathetic as that of Falstaff”.

Hoje, em pleno século XX, vemos com assombro que Nietzsche percorreu em sua existência todas as etapas atravessadas pela alma européia até nossos dias: o romantismo, com tonalidade cristã, dos primeiros decênios do século XIX, o predomínio do cientismo materialista, imperante até 1914, e o triunfar dum emocionalismo livre de amarras, associado ao materialismo biológico e à embriaguez da vontade de poderio, que ainda perdura. E possivelmente ainda não foram apreendidas todas as concepções do filósofo. Diz ele mesmo: “Os primeiros fiéis de um credo nada provam contra ele”.

As maiores deficiências da filosofia nitzscheana são frutos de sua falta de senso histórico. Depois de ter diagnosticado, com argúcia e sensibilidade admiráveis, os males do mundo ocidental, Nietzsche procurou descobrir as suas causas profundas. Para isto comparou o século XIX a outras épocas de decadência ou ascensão, procurando determinar os agentes que motivaram os apogeus e declínios. Nestas investigações, deixou-se levar pela influência do espírito clássico francês, tão sagaz na avaliação dos homens quanto falho em sua falta de compreensão dos fatores sociais e coletivos.

Dois aspectos da decadência ocidental atingiram mais fortemente a sensibilidade de Nietzsche: a fraqueza da vitalidade e a deterioração crescente do gosto e do senso de elegância. Considerou a Grécia arcaica e a renascença como períodos de preamar da vitalidade humana e na França de Luiz XI, XIV reconheceu a culminância do grande estilo europeu. Viu nestes períodos a afirmação de uma aristocracia poderosa e consciente de sua nobreza, o predomínio de uma raça de senhores. A desvirtualização e a pobreza de gosto da Europa de seu tempo seriam efeitos do prevalecimento duma raça de servos e do

conseqüente desaparecimento do “pathos da distância”, essência do sentimento aristocrático e da graduação senhoril dos valores.

Ao reconhecer que a decadência do gosto estava ligada a uma debilitação do poderio vital,⁵ Nietzsche alcançou um dos pontos mais altos de sua filosofia.

A grande lacuna de sua obra é precisamente a caracterização exata da natureza desta força e das condições históricas e sociais de seu desenvolvimento. Por um instante esteve bem perto de o conseguir, quando viu na música de Bach e de Heinrich Schütz a arte de uma raça alemã poderosa, que desaparecera posteriormente. O seu “parti pris” anticristão não lhe permitiu fazê-lo.

Para Nietzsche, os heróis de Homero e de Machiavel teriam sido os aristocratas por excelência, homens grandes e poderosos como as feras do deserto, encarnações supremas da vontade de poderio. Colhido pelo fascínio da legenda napoleônica, viu no Corso a última grande personificação heróica da alma européia. Mas o período clássico francês não coincidiu com o de maior vigor da aristocracia. Homero não foi contemporâneo de Agamêmnon nem Ésquilo o foi de Ajax. Teria sido o estilo império um dos apogeus do gosto ocidental?

Richelieu e Luiz XIV afastaram a aristocracia francesa do exercício efetivo do poder. A classe militar transformou-se, então, numa sociedade de salões e foi criada a estufa em que vicejou a cultura clássica francesa. Seu estilo é característico de uma aristocracia que perdeu a vontade de poderio. Apesar de sua consciência de superioridade, a nobreza dos salões abdicara do predomínio e se tornara incapaz de enfrentar a vida em tudo que ela tem de áspero e de complexo. O brilho e a finura do acabamento só foram obtidos à custa de uma anemização do conteúdo. A St. Évremond causava desgosto a largueza de Homero, e Nietzsche viu nesta atitude um índice de sua suficiência aristocrática. Outros a considerariam sinal duma incapacidade de abranger a exuberância de vida do grande poeta grego.

Raízes medievais alimentaram a grande floração renascentista. No arcabouço social da Idade Média foram sendo represadas energias imensas, mas sua existência só se revelou quando se rompeu o aúde que as continha.

⁵ “L’épuration du goût ne peut résulter que l’intensification du type. Notre société n’est qu’un simulacre de culture; l’homme cultivé fait défaut. Le grand homme synthétique fait défaut, celui chez qui les diverses forces sont liées résolument à un même joug, pour un but unique. Ce que nous avons, c’est l’homme complexe, le chaos le plus intéressant qui fût peut-être; non pas le Chaos d’avant la Création, mais le chaos qui la suivra...” (“La Volonté de Puissance” – Dressage et Sélection, aforismo 384).

A “maquillage” grego-romana da Renascença encobriu por mais de quatro séculos a natureza das forças que a produziram. Atribuir ao individualismo dos César Bórgia e Sigismundo Malatesta a criação das energias expandidas durante a Renascença, seria confundir a centelha provocadora de uma explosão com o manancial das energias químicas que a alimentam.⁶ A proliferação dos “condottieri” e aventureiros políticos foi apenas um indício de que terminara a grande era do espírito comunal italiano.

Costuma-se atribuir a qualidade de super-homem mais por sucessos políticos e militares do que por considerações de grandeza espiritual, inteligência ou apuramento do gosto. Ora, numa batalha um dos dois exércitos acaba sempre vencendo, às vezes pela excelência do seu comando, mas não raro pela inépcia do adversário. Daí resulta uma acentuada incerteza na avaliação da verdadeira estatura de um conquistador. A série de triunfos de Napoleão cessou quando ele se defrontou com um adversário poderoso e capaz. As vitórias que obteve antes da campanha da Rússia foram atribuídas inteiramente ao seu gênio, mas o fracasso desta empresa é freqüentemente explicado por uma imprevidência e falta de preparo quase infantis. Hoje vemos o destino de Hitler seguir o de Napoleão. Enquanto se tratava de lutar contra Estados desarmados e dirigidos por camarilhas incompetentes, brilhou o gênio do Führer. Mas logo que se encontrou diante de povos decididos a combater sem medir sacrifícios, e orientados por líderes à altura das circunstâncias, revelaram-se as limitações humanas demasiado humanas do super-homem nazista. Parece ser condição “sine qua non” do aparecimento dos grandes conquistadores o terem por inimigos sistemas políticos anacrônicos ou esvaziados de conteúdo efetivo. Nos casos em que a super-humanidade foi reconhecida por títulos diferentes da glória militar ou

⁶ É digno de nota que, em 1888, no seu último ano de vida consciente, Nietzsche interpretava a eclosão da Renascença e da Reforma dum modo muito diverso do que adotara antes:

“Renaissance et Reforme. – Que prouve la Renaissance? Que le règne de l’individu est toujours bref. Le gaspillage est grand; la possibilité d’amasser, de capitaliser, fait défaut et l’épuisement arrive vite. Ce sont des époques où tout se dépense, où l’on dépense même la force d’amasser, de capitaliser, d’entasser richesse sur richesse sur richesse. (...) Même les adversaires de pareils mouvements sont contraints à une folle prodigalité de force; même ceux-là sont vite épuisés, usés, vidés.

Nous avons dans la Reforme une contre-partie grossière et plébeienne de la Renaissance italienne, née d’inspirations analogues, mais qui ont dû, dans le Nord arriéré et vulgaire, adopter un déguisement religieux; l’idée de la vie supérieure ne s’y étant pas encore détachée de l’idée de la vie religieuse.

Dans la Réforme aussi l’individu cherche la liberté “que chacun croit son propo prêtre”, ce n’est qu’une autre formule du ‘libertinage’. (...) On se gardait de comprendre qu’elle était au fond la liberté qu’on voulait, on fermait les yeux sur soi-même. (...) Cela dura un temps, puis vint l’épuisement, tout comme il était venu dans l’Europe méridionale, et ici de nouveau un épuisement vulgaire, un ‘ruere in servitum’ général. (...) Ce fut le siècle de l’indécence allemande” (“La Volonté de Puissance” – L’Idéal Chrétien, aforismo 428).

Nestas reflexões transparecem dúvidas sobre a eficácia da moral dos senhores e a supressão do cristianismo como fontes de energia e vitalidade. Tratar-se-ia mais de um processo para libertar forças previamente acumuladas. A esterilidade do nazismo poderia provir do cansaço e aridez do terreno psicossocial em que brotou e de que ele é um sintoma muito característico.

do sucesso político, a exemplo dos de São Francisco, Bach, Aristóteles e Confúcio, torna-se muito discutível sua associação com a vontade de poderio ou mesmo com a libertação dos entraves impostos por credos ascéticos.

X - OS NOVOS CENTROS CULTURAIS

Entre as inúmeras realidades desconhecidas que a guerra em curso veio pôr em evidência, avulta a da importância mundial das três grandes potências orientais: Rússia, Japão e China. Já não é mais possível considerar o Ocidente como único depositário de uma cultura viva e fator exclusivo dos destinos humanos. No campo das Nações Unidas, a Rússia e a China têm demonstrado a maior vitalidade e desempenhado os papéis mais importantes. O Japão em nada fica a dever à Alemanha nazista como eficiência bélica e visão estratégica. As batalhas de Moscou e Cingapura e a resistência chinesa são prenúncios de uma nova fase da história, em que os povos do Ocidente não terão mais o domínio absoluto que antes possuíam.

A China, o Japão e a Índia são países com antigas tradições de cultura, cujas energias criadoras se tinham extinguido. O impacto do Ocidente, geralmente sob a forma de agressão e pilhagem ou exploração econômica, forçou as velhas nações a um despertar repentino e a um reajustamento de seu modo de existência. Bem diverso é o caso da Rússia. O império moscovita foi lentamente emergindo da barbárie e hoje se tornou a sede de um novo tipo de civilização, incorporando princípios europeus e americanos às concepções autóctones. O futuro resultará das ações combinadas dos povos ocidentais e das novas civilizações do Oriente. Poderão estas restituir ao Ocidente os elementos que hoje tanto lhe faltam? Se assim for, uma era fecunda estaria prestes a começar. Pela primeira vez, haveria uma forma universal de cultura, enriquecida pelas contribuições de todos os homens.

Há cinquenta anos a Europa começou a perceber que o império dos czares não era apenas um estado semibárbaro possuidor de exércitos poderosos. Com a geometria de Lobatchevsky e a obra matemática de Tchebicheff, o gênio científico russo se revelou. Apesar do valor fundamental de tais concepções, ainda não era lícito afirmar que existia uma cultura russa original; podia haver apenas um transplante de germes da civilização européia para o império eurasiático. Mas o aparecimento da literatura e da música russa desfizeram definitivamente tais dúvidas. Aos poucos o mundo foi compreendendo que a obra dos escritores russos, de Pushkin e Tchekov, constitui uma estrutura sem paralelo,

desde que se encerrou o ciclo da literatura clássica francesa. Com Tolstói e Dostoievski, o romance atingiu seu grau de perfeição mais alto. A música russa se popularizou inicialmente pelo colorido de sua orquestração e a beleza insinuante de seus temas. Hoje, porém, já se pode perceber que há na obra de Mussorgski uma riqueza e profundidade de sentimento, talvez inigualadas desde Bach. Stravinski e Shostakovitch deram à música russa do século XX uma culminância mundial indisputada.

Sob o shogunato dos Tokugawa, o espírito japonês começou a adquirir uma independência em relação à China que antes não possuía. No século passado, a pintura de Hiroshige, Hokusai e Utamaro despertou a atenção dos mestres europeus e inspirou os impressionistas e Van Gogh. Tornou-se então conhecida a existência de uma cultura viva no Extremo Oriente. A pressão do Ocidente acarretou a queda do shogunato e do feudalismo e em poucos anos surgiu um Japão novo. Os nipônicos se lançaram, com sofreguidão, no emaranhado da técnica e da ideologia ocidental. Junto com os manuais de engenharia foram importadas a vontade de poderio e as doutrinas do imperialismo que, nas mãos dos superpatriotas e das dinastias industriais, adquiriram grande virulência, e a pátria do impressionismo pictórico tornou-se um ativo campo militar. O ocaso da mentalidade imperialista por fim ao neo-samuraismo japonês, resíduo da mentalidade do feudalismo shogunal, e a revolução iniciada na era Meiji chegará ao seu termo. O Japão, livre dos restos de uma vida heróica, mas ultrapassada, poderá desempenhar a parte que lhe cabe na estrutura da nova civilização mundial. Esta será talvez muito considerável, porque, em senso de elegância, os japoneses superam as demais nações contemporâneas, especialmente as que possuem maior vitalidade.

O letargo chinês e hindu perdurou até o início deste século. Lentamente as concepções ocidentais foram se infiltrando, e uma fermentação começou a se processar. A revolta de Taiping marca o início do despertar chinês, mas só com Sun Yat-sen o movimento se concretizou. Ruiu o império dos manchus e por três decênios um ciclo de desordens e de lutas intestinas se estendeu. O ataque japonês ocasionou a unificação de nacionalistas e comunistas. Uma coletividade dilacerada e impotente estarreceu o mundo com seu imenso poder de resistência e de reconstrução. Hoje existe uma nova China, cuja importância mundial não pode ser desconhecida.

Em 1919 tornaram-se visíveis os sintomas do despertar da Índia, já anunciados pelo aparecimento de Tagore. Na imensa agitação suscitada pela lei repressiva denominada Rowlatt Bill, surgiu a figura singular do Mahatma. Diz Nehru: “Mas esta voz era de algum modo diferente das demais. Era silenciosa e quieta, e contudo podia ser ouvida acima dos

gritos da multidão; era macia e gentil, e não obstante parecia esconder o aço; era cortês e cheia de apelo, e mesmo assim nela havia algo de sinistro e de terrível; cada palavra empregada transbordava de significação e parecia possuir uma sinceridade mortal. Detrás daquela linguagem de paz e de amizade havia potência e a sombra fremente da ação e a determinação de não se submeter a nenhuma injustiça”. Nenhuma possibilidade de triunfo parecia ter o gandhismo e a opinião mundial o recebeu com ironia cética. Ante o seu sucesso em inspirar centenas de milhões de homens e em dar-lhes uma alta consciência de sua dignidade e de seu poder, não se pode mais persistir naquela atitude. Agora que o ideal imperialista começa a perder seu domínio sobre as Nações Unidas, torna-se necessário considerar com a máxima atenção os ensinamentos do Mahatma.

No movimento hindu de Satyagraha toda a vida social é subordinada a um objetivo espiritual de maior elevação. Massas inumeráveis combatem com um estoicismo incomparável, tomadas de um ideal de alta espiritualidade e livres das superstições que costumam caracterizar tais manifestações coletivas. É digno de nota que o movimento chinês da Vida Nova se resente do exemplo gandhista. O povo chinês, enrijecido por tantas lutas sangrentas, concebe a possibilidade de coordenar seus esforços sob a égide duma doutrina neoconfuciana, forma filosófico-religiosa típica da alma chinesa e aceita pelos próprios cristãos. O Oriente demonstra ser capaz de uma espiritualidade forte e positiva e poderá talvez emprestá-la ao Ocidente.

XI - DUAS GRANDES EXPERIÊNCIAS DO SÉCULO XX

O primeiro decênio do regime soviético foi caracterizado por uma miséria atroz, sendo freqüente, senão crônica, a fome da população. Nenhuma perspectiva favorável parecia se deparar ao povo russo. Mas em 1928 deu-se início ao programa de industrialização conhecido por plano quinquenal. Eram tais sua audácia e ambição, que ninguém acreditou na possibilidade de ser realizado, sobretudo num país em ruínas e habitado por nações sem tradição industrial. Os resultados dos três planos quinquenais sucessivos não foram devidamente conhecidos pelo resto do mundo até 1942. Apesar de serem muito desconstruídas as opiniões até então reinantes, o tom geral era pessimista. Pessimismo que parecia inteiramente justificado pelas condições singulares da Rússia, atribulada por conflitos interiores terminando em “depurações” sangrentas.

O ataque nazista veio revelar que na União Soviética existia uma organização industrial capaz de produzir todo o equipamento bélico necessário para conter a

Reichswehr. Levando-se em conta que toda a indústria do continente europeu trabalha para a máquina militar alemã, conclui-se não serem exageradas as pretensões russas de possuir a segunda indústria do mundo. Foi portanto possível transformar um país de economia agrária primitiva numa grande potência industrial. Grande, não somente pelo volume de sua produção como por seu nível qualitativo, pois evidentemente só há eficiência militar quando os exércitos dispõem dos delicadíssimos engenhos característicos da guerra contemporânea.

O desenvolvimento industrial do Ocidente se processou com um ritmo secular. Isto fez crer que só uma cristalização lenta permitia criar um aparelhamento técnico de grande produtividade e perfeição qualitativa. A experiência russa mostra a falta de base de tal suposição e provou ser possível, nas condições atuais, chegar-se ao máximo de produtividade e de especialização, em alguns quinquênios. Esta constitui uma das grandes lições do século XX.

Em escala menor, os chineses repetiram a experiência russa, ao constituírem os arsenais da China livre. Quando os japoneses ocuparam a faixa litorânea da China, pareceu desesperadora a situação dos exércitos de Chiang Kai-chek. Toda a indústria caíra em mãos dos nipônicos e as comunicações com o exterior tinham sido cortadas. Nas barbáricas regiões de Sichuan, Guizhou e Yunnan surgiu a nova indústria chinesa, e hoje já são produzidas as armas leves e os morteiros de campanha suficientes para um exército de milhões de homens. Afirma o governo chinês que, em dois anos, chegará a fabricar todo o material de que necessita – o aeronáutico inclusive.

A possibilidade de uma industrialização rápida determinará os destinos deste século. Países de grande extensão e de população numerosa, que até agora não representavam papéis de relevo pelo estado primitivo de sua economia, poderão em poucos anos remediar este inconveniente. Sobre eles passará a assentar a estrutura do mundo.

Nos Estados Unidos teve lugar a outra grande experiência do século. Os seus resultados foram completados harmoniosamente pelos da industrialização russa. Foi a primeira vez, na história do gênero humano, que uma comunidade de dezenas de milhões de homens teve todas as suas necessidades providas. E não mais em proporção modesta, como ocorrera no apogeu da Idade Média e nos períodos áureos da China e da Índia. Sem recorrer aos expedientes clássicos da exploração imperialista, já pôde ser obtida uma vida confortável e abundante para toda uma nação. O enriquecimento abriu perspectivas insuspeitadas de educação coletiva: nos Estados Unidos a instrução universitária começa a

substituir a primária como objetivo escolar da comunidade. Foram finalmente adquiridos meios para vencer a miséria e a ignorância e chegar à riqueza e à iluminação geral.

Uma economia eficiente basta para assegurar um nível extremamente elevado de conforto e instrução para todos. Sendo possível construir uma estrutura tal em poucos anos, torna-se realizável a libertação de toda a raça humana dos males da pobreza e ignorância, num futuro imediato. Esta grande esperança econômica do século, corolário das experiências de americanos e russos, veio receber sua formulação no princípio da “freedom of want” da Carta do Atlântico. Haverá uma promessa espiritual que a complete e lhe dê um sentido? Estaremos em vésperas do aparecimento de uma cultura universal?

XII - A CARTA DO ATLÂNTICO E O IMPERIALISMO

É provável que Roosevelt e Churchill, quando enunciaram os princípios da Carta do Atlântico, só pensassem nos países europeus, e não cogitassem de sua aplicação mundial. Com a entrada na guerra da Rússia e das repúblicas americanas, e a unificação das frentes oriental e ocidental, a significação da Carta se estendeu enormemente, pois agora já deveria ser aplicada a todo o mundo. O problema do imperialismo adquiriu assim uma importância capital e virá talvez servir de pedra de toque indicadora da sinceridade dos ideais apregoados pelas Nações Unidas.

A Carta do Atlântico pode ser considerada como um enunciado das prerrogativas do “common man”. É indispensável constatar em que difere das precedentes declarações dos direitos do homem. Apesar do “Bill of Rights” ter sido, historicamente, a primeira, o seu caráter empírico faz com que não se preste a uma investigação dos conceitos que o motivaram. Mas na “Declaration of Independence” das colônias americanas já são afirmados explicitamente os princípios inspiradores dos demais: “Todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis; entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade”. Estes direitos são de natureza puramente política e o mesmo ocorre com os dos demais textos históricos da democracia, que subentendem também sua limitação a um único país.

Hoje não se admitiria mais que os direitos do homem fossem deduzidos de princípios apriorísticos; devem ser justificados pelas condições históricas. De fato, o conteúdo político da Carta do Atlântico só tem sentido por ser possível atingir, em poucos anos, um grau de educação política mundial suficiente para assegurar a sua aplicação. É de importância básica observar que, pela primeira vez, os direitos do homem foram

proclamados sem restrição de fronteiras. Isto já põe em choque as concepções imperialistas.

Além do seu teor supernacional, a Carta apresenta duas características fundamentais: reconhecimento de direitos nacionais e afirmação de liberdades econômicas. Se é discutível a legitimação de quaisquer direitos por considerações filosóficas ou religiosas, não resta dúvida que só a realidade econômica pode efetivar quaisquer franquias materiais. Ao incluir a “freedom of want” na Carta do Atlântico, os seus signatários julgaram que a capacidade produtiva do mundo contemporâneo já era suficiente para conceder a todos uma existência a coberto dos sofrimentos oriundos da necessidade material. E, como a miséria ainda persiste, deve-se concluir que foi atribuída à existência de falhas no sistema de produção e distribuição, sejam num país ou no plano internacional. Cumpre portanto encontrar estas falhas e dar-lhes remédio.

A essência dos direitos nacionais reside na faculdade reconhecida aos povos de poderem determinar livremente a forma de suas instituições e de orientar sua política exterior, contanto que não sejam violadas as liberdades básicas dos indivíduos. Aliás, a experiência política dos últimos anos mostrou que a supressão dos direitos individuais é o primeiro passo para uma política de agressões a outros povos. Sempre que um grupo conquistou o predomínio absoluto dentro de um país, manifestou também a tendência a estendê-lo a outras regiões, levado pela lógica inerente à vontade de poderio.

Admitindo-se os direitos nacionais, condena-se, *ipso facto*, o imperialismo, que constitui uma negação dos mesmos. A Carta do Atlântico pressupõe, portanto, a liquidação da mentalidade imperialista. Se a sua área de validade fosse restringida ao continente europeu, não surgiriam outras dificuldades, além das implicadas na destruição do nazismo. Mas, devendo ser estendida a todo o orbe, aparecem resistências enormes. Apesar de serem infensas ao imperialismo todas as repúblicas americanas, a Rússia e a China, ainda não ficou esclarecida a atitude de vários componentes europeus das Nações Unidas. De resto, sendo a exploração econômica o móvel primordial dos imperialismos hodiernos, seu desaparecimento já contribuiria consideravelmente para a concretização da “freedom of want”.

O ideal nazista de subjugamento e exploração de todos os homens por uma casta de senhores ou uma raça eleita filia-se aos princípios do imperialismo. Enquanto o imperialismo clássico admitia tacitamente que seu campo de ação se limitava aos povos bárbaros ou pertencentes a ciclos culturais diversos do ocidental, o nazismo achou supérflua tal restrição e libertou os conceitos imperialistas de quaisquer barreiras culturais.

Um combate ao nazismo e ao niponismo deverá atingir necessariamente a mentalidade imperialista, que é a sua raiz mais profunda.

Estabelecer uma atmosfera de simpatia e entendimento entre as nações detentoras das diversas modalidades de civilização, constitui uma condição prévia para o despontar de um ciclo cultural poderoso e capaz de compreender todos os povos. A subsistência de qualquer pretensão imperialista entre os povos ocidentais acarretaria forçosamente repetições do fenômeno japonês. Outros povos asiáticos adquirirão o conhecimento da técnica ocidental, e dela se utilizarão para empreender guerras de conquista e de represália contra o “white man”.

XIII - A CAMINHO DE UMA NOVA CULTURA

Completar o tramonto das velhas concepções imperialistas européias e rejeitar o mito do “white man’s burden”, lançando os alicerces da nova cultura mundial, será o destino das Nações Unidas. O respeito e a gratidão inspirados pela Rússia e a China à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos conquistaram-lhe a admiração dos povos do Ocidente. Reconheceram que havia, fora dos limites do mundo europeu, nações capazes de organização eficiente e possuidoras duma força de ânimo inexcedível. Pela primeira vez nos últimos quatrocentos anos, o homem ocidental teve de tratar membros de outras culturas em condições de igualdade.

A crença na superioridade absoluta do homem branco ocidental e sua consciência de predestinação formaram-se durante o período em que sua cultura representava o único centro vital da civilização. A ascensão da Europa coincidiu com o declínio das demais civilizações: decadência da China sob os Manchus, enclausuramento do Japão na era Tokugawa, ocaso do Grão-Mongol e da Pérsia. Que tal situação fosse o resultado de uma coincidência fortuita escapou inteiramente aos europeus, afigurando-se-lhes que somente a sua raça era capaz de um esforço criador, em meio da apatia universal. Nasceu então o mito do “white man’s burden”, germe do racismo.

Após o Rococó e a Revolução Francesa, começou o empalidecer do espírito europeu, já incapaz de criar um grande estilo de vida. Ainda surgiram alguns pináculos isolados, mas o nível médio decaiu continuamente, apesar da ilusão de um progresso contínuo, causada pelo desenvolvimento técnico-científico e o aumento da riqueza. Ao esvair-se a alma européia, foi se desfazendo a sua “tessitura” e revelou-se sob formas cada vez mais brutais a vontade de poderio. A ela veio se aliar o orgulho do homem branco

nórdico, para criar a última filosofia da Europa. De Wagner e Gobineau a Nietzsche, Kipling e Lawrence se atingiu o poente do nazismo.

Depois de se ter deixado tomar pela perspectiva falsa de que sua civilização era a única existente, as mais altas expressões do espírito ocidental se entregaram a um desespero sombrio, quando perceberam o seu declínio, porque viam no eclipse da Europa o fim de toda a cultura. O tesouro de uma grande tradição foi abandonado à fúria das multidões históricas. A doutrina spengleriana da Decadência do Ocidente veio tomar o lugar do otimismo nietzscheano e narcotizou os intelectuais desenganados, muitos dos quais se resignaram à fatalidade do novo cesarismo, etapa precursora do estado derradeiro de felaísmo abjeto.

Na realidade, o mundo se encontra num dos “tournants” decisivos em que se elaboram as grandes sínteses, como a da China no período Tang. Após a queda da dinastia Han, a civilização chinesa parecia definitivamente extinta e a barbárie reinou sobre a pátria do confucionismo. Lentamente, foi se fazendo sentir a influência do budismo, oriundo da Índia, e algo de novo começou a brotar no caso chinês. Surgiu enfim o grande império Tang, em que a poesia e a escultura atingiram um nível nunca excedido. Nasceu também a nova pintura que, no período Sung, haveria de chegar ao grau supremo da expressão artística. O espírito chinês, aparentemente morto com a dinastia Han, de fato nem sequer chegara à sua expressão mais completa. Só depois de enriquecido pelos influxos hindus e persas pôde alcançar a sublime elevação do budismo Chan e da pintura Sung. A crise atual do Ocidente poderia ser análoga à da China Han e constituir o prenúncio de uma síntese futura.

Para que a alma ocidental possa receber a ação estimulante de outras civilizações, é necessário que se desprenda do imperialismo e da atitude em relação aos povos exóticos a ele associada. A exacerbação da vontade de poderio, que ameaça destruir todos os valores da cultura ocidental, também se opõe ao nascimento da nova cultura.

XIV - A FISIONOMIA DO FUTURO

Se bem que uma previsão detalhada do caráter da civilização mundial vindoura seja extremamente difícil, senão impossível, certos traços de sua fisionomia podem ser antecipados. Devemos procurar os aspectos da mentalidade ocidental que permaneceram em estado embrionário e poderiam vir a se desenvolver sob ação de estímulos exteriores, suprimindo deficiências graves da economia cultural. Nessa indagação o exemplo chinês é de

muita utilidade. Assim, na China, o budismo encontrou ressonâncias profundas nos ensinamentos de Lao Tsé. E a sua única forma que exerceu influência duradoura sobre o espírito sérico foi a do Lankavatara Sutra, tão aparentada à filosofia do Tao-Te-King.

O Ocidente construiu um corpo de doutrina científica e um sistema tecnológico sem paralelo em qualquer outra cultura. Foi característica fundamental do espírito europeu ter atribuído à ação o seu justo valor e ter reconhecido a necessidade do conhecimento. A base do método científico, única forma de saber de aceitação universal, já tinha sido estabelecida pelos gregos. Faltou-lhes porém o método experimental e por isso só lhes foi possível desenvolver ciências como a geometria, a aritmética e a estática, baseadas em princípios que podem ser descobertos por uma simples observação dos fenômenos.

Só uma cultura consciente do valor da ação poderia ter descoberto o método experimental – método que, na realidade, é a ação aplicada ao campo do conhecimento. De posse do “Novum Organum”, o homem ocidental pôde descobrir muitas das leis naturais e isto lhe deu seu domínio incomparável sobre os agentes físicos do Cosmos, abrindo também horizontes ilimitados à sua vontade de poderio. Da civilização européia nasceu o “homo faber”, expressão de seu poder criador.

Na apreensão estética da natureza, o Ocidente se revelou infinitamente menos apto e nem de longe se aproximou da sensibilidade chinesa ou da finura dos miniaturistas persas e hindus. Também foi limitada a capacidade ocidental no domínio religioso. Tem-se um exemplo, talvez único, duma cultura que não elaborou sua religião. O cristianismo recebido dos judeus e modificado pelo contacto com o mundo romano, não sofreu posteriores transformações nem atingiu maior grau de elevação. Quando se processou a revolta contra o catolicismo romano, os reformadores se inspiraram no Antigo Testamento. O calvinismo, forma mais sistemática de protestantismo, foi um neojudaísmo. A profundidade do pensamento religioso de Eckart passou completamente despercebida e só modernamente começou a ser apreciada, isto se devendo, em medida considerável, à divulgação das doutrinas budistas.

Granet encontra a essência da China em sua integração do homem dentro da natureza: “O triunfo da civilização chinesa no Extremo Oriente não se baseou em superioridade técnica ou política. O Extremo Oriente recebeu da China uma certa harmonia de vida e sabedoria que deseja conservar (...). Os chineses não podiam conceber o homem isolado da sociedade, nem isolar a sociedade da Natureza. A Natureza só tem um único reino”. O sentido do Tao é precisamente o reconhecimento dum caminho, dum modo de ser inerente a todo o natural, lei cósmica que o homem chinês procura seguir:

“The wise ones cherish Tao and harmonize (conform) with the objects; the virtuous men conceive in their pure minds the beauty of the forms. As to landscapes, they have a material side but also a spiritual influence (...). The wise men follow Tao in their souls, and the virtuous men captivate Tao by the form of the landscapes, but is the pleasure of the virtuous as great as that of the wise?” (Tsong Ping, apud Osvald Siren). Considerar a apreensão estética das formas e da Natureza como grandes virtudes é um dos ensinamentos chineses.

O panteísmo provavelmente terá influência muito grande nas concepções religiosas do futuro. Não só nos pensadores mais profundos, como Spinoza ou Goethe, como na pintura de Corot e Cézanne, se percebe a aproximação crescente da Natureza, num sentido religioso. Não haveria modalidades possíveis de cristianismo com espírito panteísta? O pecado original e toda a concepção paulina começarão talvez a ceder diante dum novo cristianismo, em que o Espírito Santo aparecerá como uma espécie de Tao ou de Brahma.

A concepção russa da vida terá no futuro importância comparável à do Ocidente e da China. Em “Guerra e Paz”, de Tolstói, aparece o tema básico do espírito russo: a comunidade popular. O herói ocidental, Napoleão, é vencido pelo povo russo. Em Kutuzov se refletia apenas o espírito da nação. Todo o seu “pathos” heróico reside em sua identificação com a alma da coletividade. Na Revolução de Outubro, a Rússia libertou-se duma *élite* europeizada, de tendência individualista. Triunfou assim o espírito da comunidade popular. Esta concepção também encontra ecos poderosos na Europa e na América; há uma afinidade profunda entre os conceitos de “common man” e de comunidade popular. Até num “bom europeu” como Nietzsche achamos tendências aparentadas com a alma russa: “Dès que l’homme s’est parfaitement identifié à l’humanité, il meut la nature entière”. (“Volonté de Puissance” – Dyonisos Philosophos, aforisma 644). Este pensamento capital mostra como a comunidade popular serve de elo intermediário entre o herói ocidental e a Natureza.

Da Índia emanam doutrinas de caráter profundamente espiritual, que poderão agir fortemente sobre os Estados Unidos e talvez sobre a Rússia, repercutindo em todo o Ocidente. Princípios análogos aos de Gandhi foram pregados pelos Quakers e adotados por muitos americanos representativos, como William Lloyd Garrison. Também foi muito considerável a influência de Thoreau na gênese do pensamento do Mahatma, tanto na elaboração dos seus métodos políticos como nas concepções econômicas. Tolstói chegara igualmente à doutrina da não-violência. E possivelmente não foi por circunstâncias de natureza pessoal que a maior figura da inteligência russa concluiu sua longa evolução

espiritual desse modo. Há talvez tendências ainda embrionárias da psique russa que poderão alcançar um grande desenvolvimento em dias futuros.

A ação crescente da Índia fará com que suas ideologias políticas despertem ecos cada vez maiores em outras regiões, com resultados que não podemos antever claramente. É muito provável que os movimentos de desobediência civil e não-cooperação adquiram importância capital na vida política de amanhã. Com o aperfeiçoamento dos aparelhos estatais de repressão, as revoltas armadas tornam-se sempre mais raras e os métodos gandhistas aparecem como substitutos naturais das insurreições.

XV - A COMUNIDADE POPULAR

O aparecimento do animal gregário, a “bête de troupeau”, de que fala Nietzsche, é o característico mais acentuado de nossa época. Constitui também a pior ameaça para a subsistência da cultura e mais ainda das instituições democráticas. Quando os homens comuns não encontram um ideal que os eleve e dignifique, sua visão se restringe e se abandonam ao comodismo. Naturalmente, em tais condições, a obtenção do maior bem-estar material, com um mínimo de esforço e de luta se torna o único objetivo da vida. Impõe-se reconhecer que nada excede em facilidade ao gregarismo da “bête de troupeau”.

É indispensável distinguir claramente os conceitos de liberalismo e democracia e o de comunidade popular. Um país em que existe uma forma de governo liberal, parlamentar ou presidencialista, só será uma comunidade popular quando seus “common men” tiverem uma consciência viva de seu valor pessoal e participarem organicamente da existência política do Estado. Uma comunidade popular pode estar temporariamente sob um governo ditatorial. A história grega já mostrou que os “tiranos” são às vezes um instrumento de afirmação democrática contra grupos oligárquicos.

Uma ligeira vista de olhos sobre a história ilustra convenientemente as relações entre o governo democrático e a comunidade popular. A maior tradição democrática do Ocidente está ligada ao calvinismo e doutrinas a ele filiadas. Na Inglaterra o puritanismo calvinista criou o ideal da Commonwealth, que não foi simplesmente republicano, mas já apresentou as características de uma comunidade popular. Tawney delineia magistralmente os traços essenciais da mentalidade puritana:

“Feeling in him that which ‘maketh him more fearful of displeasing God than all the world’, he is a natural republican, for there is none on earth that he can own as master (...). The spirit bloweth where it liketh and men of every social grade felt their hearts lifted

by its breath, from aristocrats and country gentlemen to weavers who, “as they stand in their loom, can set a book before them or edifie one another’.” A convicção de ser “one of the chosen people of God” animava os membros da Commonwealth. John dos Passos, ao biografar Roger Williams, descreve o efeito da conversão calvinista: “Conversion gave him the conviction of the sublime importance of any one man’s thoughts and feelings at every separate moment of his life (...).”

Com o Bill of Rights ficou assegurado o domínio da coligação de nobres e ricos burgueses e a idéia da Commonwealth foi completamente esquecida. Em princípios do século passado, George Hallam, referindo-se às doutrinas que inspiraram Cromwell, classificou-as de “dregs of a besotted fanaticism”. Contudo, o espírito da Commonwealth não desapareceu inteiramente. Transplantado para a Nova Inglaterra por Roger Williams, tornou-se um dos elementos integrantes da república norte-americana. Sente-se o seu efeito na “Declaration of Independence” e em toda a tradição jeffersoniana e jacksoniana.

Depois da Guerra de Secessão, iniciou-se a época do plutocratismo americano. O povo delegou todo o poder público aos “business men”, contendo-se com uma garantia de liberdade e segurança material. Foi o triunfo do gregarismo numa democracia liberalíssima, que perdera, no entanto, seu espírito de comunidade popular. Só em 1929, quando os homens de negócio não se mostraram mais capazes de continuar o regime de “prosperity”, a velha tradição da Commonwealth começou a ressurgir. Alguns dos mais legítimos representantes do New Deal conservam o grande ideal anglo-saxão, mas seria difícil dizer que o mesmo acontece com todos os “new-dealers”. A população estadunidense continua a demonstrar poderosas inclinações gregárias, tendo apenas substituído os “business men” pelos líderes sindicais, muita vez inescrupulosos, e deles esperando a manutenção dos confortos materiais. Se as tendências mais elevadas do New Deal conseguirem se arraigar no povo norte-americano, os Estados Unidos poderão criar um novo gênero de comunidade popular, numa síntese original das concepções russas, dos princípios da Commonwealth miltoniana e dos fundamentos da democracia ocidental.

O desenvolvimento duma nova dignidade do “common man” é favorecido por vários fatores. Com a elevação contínua do nível médio de instrução, as massas vão entrando em contato com as grandes obras do gênio humano e começam a ter o sentimento de serem elas um patrimônio de todos e não apenas de uma *élite* de iniciados. Milhões de homens começarão a pensar sobre os temas universais, abandonando o casulo das pequenas preocupações e alargando indefinidamente os horizontes do seu entendimento.

Ao efeito gradual da divulgação da cultura vem se sobrepor por uma circunstância derivada da natureza da luta contra o nazismo: a guerrilha. O soldado submetido à disciplina militar tem sua responsabilidade reduzida ao mínimo. Toda diminuição do senso da responsabilidade implica num aumento das propensões gregárias e num enfraquecimento da consciência de valor pessoal. Sempre que uma coletividade exagerou nos requisitos de subordinação a um código militar, os seus membros desenvolveram muito das qualidades do “team work”, mas acabaram no mecanismo prussiano, tornando-se incapazes de viver sob instituições democráticas e de constituir uma comunidade popular. O guerrilheiro age continuamente por iniciativa pessoal e deve acertar em suas decisões, sob pena de ver fracassados seus empreendimentos e comprometida sua subsistência. Este gênero de luta é portanto a melhor escola de dignidade individual e todos os que dela participaram possuem no grau mais alto o sentimento de seu valor próprio. As conseqüências da luta de guerrilhas diferirão completamente, segundo a extensão que ela tiver. Quando só uns poucos a praticam, adquirem a mentalidade específica das classes aristocráticas, como se vê no exemplo dos “arditi”, que vieram a integrar os quadros dirigentes do fascismo italiano. Mas se toda uma população viveu um período de guerrilhas, sua consciência da importância do “common man” alcança o máximo vigor, e surge o ideal da comunidade popular. Em nossos dias temos exemplos deste fato na Rússia e na China.

A mentalidade aristocrática aparece como o oposto do gregarismo. Historicamente, as aristocracias se identificaram, na maioria dos casos, com grupos oligárquicos dominando populações servis. Daí resultou a opinião de que a vontade de poderio cria o caráter antigregário dos aristocratas. Na realidade, ele provém unicamente da consciência do valor próprio, típica de todas as *élites*. O sentido profundo da comunidade popular reside na convicção de uma “sublime importance” que os seus membros possuem. Exaltando o sentimento do valor pessoal de todos os cidadãos, o ideal da comunidade popular lhes inspira a qualidade antigregária do espírito aristocrático. Há portanto um princípio ideológico em ação no mundo contemporâneo, que poderá permitir ao “common man” escapar aos perigos do gregarismo fatal às formas elevadas de cultura.

XVI - CONSIDERAÇÕES SINÓPTICAS

Houve, no decorrer da história, retardamentos freqüentes da opinião imperante, em relação à marcha dos acontecimentos. Esquemas teórico-ideológicos formados sob a ação

de certos fatores continuam a subsistir quando estes já desapareceram. O desacordo entre a realidade e a visão que dela têm os homens perdura até produzir um abalo violento do edifício social. Torna-se então evidente a necessidade de mudar os conceitos orientadores do pensamento, eliminando as contradições com a natureza dos fatos. Essas substituições de moldes ideológicos são chamadas revoluções.

Nossa época é eminentemente revolucionária. A guerra de 1914-18 encerrou o ciclo do capitalismo imperialista iniciado no século XIX. No período entre o tratado de Versalhes e o advento do nazismo, todos os males que afligiram a humanidade ocidental foram atribuídos a este documento. Havia a ilusão de que, se condições suaves tivessem sido impostas aos impérios centrais, se teria restabelecido o equilíbrio existente em princípios do século XX. Não se avaliava corretamente o sentido de acontecimentos como a revolução russa e o despontar da influência de novas culturas com ela iniciado. Só após o “crack” de 1929, o triunfo do nacional-socialismo na Alemanha e a ruptura do equilíbrio europeu, começou a haver alguma compreensão da profundidade das remodelações inevitáveis.

Na grande prova a que estão submetidos os valores da civilização ocidental o nazismo tem o papel de água-régia, substância corrosiva necessária para determinar o título da liga considerada como ouro puro. Revelou-se bastante baixo o teor de metal nobre, apareceram com nitidez extrema as fraquezas e corrupções da democracia gregária, do imperialismo e da economia plutocrática. Só na medida em que deram remédio a esses males, conseguiram as Nações Unidas escapar ao dilúvio fascista. A batalha da Inglaterra foi vencida porque a aristocracia mercantil chamberlainiana teve que abandonar o poder, enxotada pela revolta do povo britânico. No Extremo Oriente ruiu o edifício carcomido do imperialismo. A campanha da Rússia está sendo ganha pela eficiência da economia soviética e o espírito incomparável dos vários povos da Rússia.

Depois do longo e fatigante exame das condições do mundo contemporâneo, começamos a entrever os problemas que se apresentarão às Nações Unidas. Destruído o nazismo, se deverá transformar a indústria da guerra num aparelhamento capaz de assegurar a “freedom of want” e o bem-estar coletivo. Esta transição será facilitada pelo fato de já estar toda a economia sob o controle do Estado, tornando-se possível a utilização planejada dos patrimônios nacionais. Afastados os perigos da miséria, poderá ser abordada a questão do totalitarismo. Noutras palavras, caberá iniciar o combate “à outrance” às tendências gregárias das multidões. A imunização contra tais tendências só pode ser feita dignificando o “common man” e inspirando-lhe uma poderosa consciência do seu valor.

Nesta luta, os homens de espírito têm a posição de vanguarda, mas só estarão aptos a desempenhar seu papel grandioso se os intelectuais se livrarem do “intelectualismo” e dos bizantinismos com que ainda agora se comprazem. Urge retomar a tradição do grande John Milton. Os ideais democráticos legados pela Revolução Francesa são inadequados. Não basta que os homens se considerem iguais em direitos; é imprescindível que adquiram a convicção de sua grandeza e de sua “sublime importance”. Finalmente, restará completar o monumento humano do século XX e estabelecer os fundamentos da cultura mundial, abandonando quaisquer pretensões de imperialismo e superioridade de alguns povos do Ocidente ou do Oriente.